

# AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)



# AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)



### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** Emely Guarez  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Elói Martins Senhoras

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 As políticas públicas frente a transformação da sociedade 3  
[recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins  
Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-448-1

DOI 10.22533/at.ed.481202909

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas –  
Brasil. 3. Sociedade. I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 320.981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A realidade das políticas públicas tem se tornando claramente complexas em função do número crescente de temáticas que, não apenas o Estado, mas a própria Sociedade Civil, passa a lidar no dia-a-dia no interesse da *res pública*, o que torna este campo de estudos particularmente rico na conformação de agendas de pesquisas e na projeção de análise descritivas e prescritivas com base em diferenciados paradigmas ideológicos.

Tomando como objeto central de pesquisa a realidade empírica das políticas públicas no Brasil, a presente obra se apresenta como um trabalho coletivo desenvolvido com várias mãos e em colaboração intelectual em distintas partes do país, resultando assim em uma peça investigativa que suscita um olhar plural por meio da combinação de distintos recortes teórico-metodológicos.

Fruto de um trabalho coletivo de 36 pesquisadoras e 18 pesquisadores oriundos de Instituições de Ensino Superior público e privadas, bem como de Instituições da Administração Pública, a presente obra apresenta o resultado de pesquisas desenvolvidas de modo colaborativo em 13 estados, refletindo assim sobre as políticas públicas em todas as cinco macrorregiões brasileiras.

Escrito por meio de uma linguagem simples e acessível a um amplo público, o presente livro fundamenta sua narrativa discursiva a partir da combinação de um conjunto de análises sobre a realidade das políticas públicas no Brasil em diferentes áreas temáticas, a qual se manifesta empiricamente em distintas escalas de espacialização ou mesmo de periodização no tempo.

O livro “As Políticas Públicas frente à Transformação da Sociedade 3” apresenta uma visão maximalista sobre as políticas públicas no Brasil a partir de uma leitura plural que se fundamenta em três eixos temáticos, sendo eles, respectivamente relacionadas a Administração Pública, Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*), e Políticas Urbanas, Rurais, Fronteiriças e de Planejamento Territorial.

No primeiro eixo temático, 4 agendas de estudos sobre a Administração Pública são apresentadas por meio de discussões relacionadas às políticas públicas que valorizam a teoria do capital humano na gestão da inovação no setor público, mecanismos de controle social na Administração Pública, monitoramento e avaliação na gestão pública, bem como os processos motivacionais de agenda *setting*.

No segundo eixo temático, 6 capítulos exploram o sistema de proteção social e o mutagênico Estado de Bem Estar Social no Brasil, por meio de uma série de discussões que versam sobre desigualdade de renda no país, Sistema Único de Assistência Social, previdência, bem como temas de crescente abertura não estatal a atores de Economia Solidária e a Organizações da Sociedade Civil.

No terceiro eixo temático, os 9 capítulos finais do livro são apresentados por meio de discussões que versam sobre as políticas públicas de turismo, habitação e cultura na periferia, bem como políticas específicas que incidem nas fronteiras ou no contexto rural relacionadas à agricultura familiar, extensão rural e à participação de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Com base nos 19 capítulos apresentados nesta obra, por meio de uma lógica discursiva de gradação crescente nas temáticas abordadas, a pluralidade de pensamento se manifestou como uma peça chave para abordar distintas realidades temáticas das políticas públicas no tempo e no espaço, com base em *expertises* específicas dos pesquisadores envolvidos e em recortes teórico-metodológicos variados que valorizam a riqueza deste campo de estudos. Sejam todos bem vindos ao campo das políticas públicas. Excelente leitura!

. Elói Martins Senhoras

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **O FATOR HUMANO COMO ELEMENTO IMPRESCINDÍVEL PARA A GESTÃO DA INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Geralda Genuina da Fonseca

Ruy Alves Rodrigues Pinheiro

Júnior Cleber Alves Paiva

Mariana Silveira de Oliveira

Rafael Luis da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.4812029091**

### **CAPÍTULO 2..... 13**

#### **MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: EXPERIÊNCIA DO PROJETO PRÓ-SEMIÁRIDO NA BAHIA**

Carla Silva Ferreira

**DOI 10.22533/at.ed.4812029092**

### **CAPÍTULO 3..... 23**

#### **CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO COM SUPORTE EM UM CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA**

Gislan Santos Sampaio

Jacqueline Cunha da Serra Freire

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

**DOI 10.22533/at.ed.4812029093**

### **CAPÍTULO 4..... 34**

#### **MOTIVAÇÕES PELAS QUAIS UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DEVA SE INTERESSAR PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS**

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes

**DOI 10.22533/at.ed.4812029094**

### **CAPÍTULO 5..... 52**

#### **O DEBATE SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: A CONTROVÉRSIA DOS ANOS 70 E A CONVERGÊNCIA NOS ANOS 90**

Rodrigo Mendes Gandra

**DOI 10.22533/at.ed.4812029095**

### **CAPÍTULO 6..... 73**

#### **QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E A CENTRALIDADE NA FAMÍLIA COMO PADRÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL**

Lúcia Helena Dantas Martins

Ariele França de Melo

Andressa Sonja Pereira de Castro

Jéssica Katariny Oliveira da Silva

Emanuelle Monaliza de Sousa Gomes

Maria Tereza Martins de Souza

Leane Taise da Mota  
Letícia Karoline Brito Medeiros Dantas  
Felippe Silva dos Santos  
Thássila Tamires Batista Alves  
Shirlany Sayonara França Bezerra  
Luana Maria Miranda de Moura Silva

**DOI 10.22533/at.ed.4812029096**

**CAPÍTULO 7..... 85**

**O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A PERSPECTIVA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR**

Gissele Carraro  
Jane Cruz Prates  
Solange Emilene Berwig

**DOI 10.22533/at.ed.4812029097**

**CAPÍTULO 8..... 98**

**PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL: ENTRE A PREVIDÊNCIA OBRIGATORIA E A PREVIDÊNCIA VOLUNTÁRIA**

Cleci Maria Dartora  
Wilson Itamar Godoy

**DOI 10.22533/at.ed.4812029098**

**CAPÍTULO 9..... 111**

**PROJETO OSC LEGAL: ADEQUAÇÃO LEGAL E CAPACITAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

Edna Alves Muniz  
Ana Laura Lavor de Castro

**DOI 10.22533/at.ed.4812029099**

**CAPÍTULO 10..... 120**

**POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: SOB O PÊNDELO DA SUPERACÃO OU MANUTENÇÃO DO SISTEMA?**

Caroline Goerk  
Fábio Jardel Gaviraghi  
Gleny Terezinha Duro Guimarães

**DOI 10.22533/at.ed.48120290910**

**CAPÍTULO 11..... 132**

**A ROTA DAS EMOÇÕES NO CONTEXTO TURÍSTICO DO ESTADO DO PIAUÍ/ BRASIL**

Simone Cristina Putick  
Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira  
Luzia Neide Coriolano  
Milton Augusto Pascotto Maniane  
Maria Majaci da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.48120290911**

<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>145</b>
<b>IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO PARA AS CIDADES</b>	
Maria Laís Alves de Araujo	
Francisco Lucas de Lima Fontes	
Amanda Virgínia Lima do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48120290912</b>	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>156</b>
<b>POLÍTICAS CULTURAIS PARA AS PERIFERIAS – ESTUDO DE CASO “A BATALHA DOS BARBEIROS”</b>	
Veronica Diaz Rocha	
Newton Augusto Cardoso de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48120290913</b>	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>171</b>
<b>A CONTRIBUIÇÃO DA EMBRAPA AMAZÔNIA OCIDENTAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	
Joanne Régis Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48120290914</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>182</b>
<b>INCLUSÃO PRODUTIVA: UM OLHAR SOBRE A EXTENSÃO RURAL NO PROGRAMA DO BIODIESEL NO PIAUÍ</b>	
Maria Elza Soares da Silva	
Cristiane Lopes Carneiro d’Albuquerque	
Luzineide Fernandes de Carvalho	
Boanerges Siqueira d’Albuquerque Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48120290915</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>194</b>
<b>O ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM GOIÁS NO CONTEXTO DOS SEUS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE</b>	
André Luiz Miranda Silva Zopelari	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48120290916</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>209</b>
<b>POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA INTERNACIONAL: UM OLHAR PARA A REGIÃO FUNCIONAL 7/RS</b>	
Edemar Rotta	
Neusa Rossini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.48120290917</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>223</b>
<b>MEDIAÇÃO FAMILIAR NA FRONTEIRA BRASIL – BOLÍVIA: UM INSTRUMENTO POSSÍVEL DE COOPERAÇÃO MÚTUA</b>	
Noemi Correa de Oliveira Feitosa	
Elisa Pinheiro de Freitas	

DOI 10.22533/at.ed.48120290918

**CAPÍTULO 19.....235**

A JUDICIALIZAÇÃO DE REGISTROS TARDIOS DE NASCIMENTO NA COMARCA DE  
CORUMBÁ/MS

*Adauto Ajala Dourado*

DOI 10.22533/at.ed.48120290919

**SOBRE O ORGANIZADOR.....251**

**ÍNDICE REMISSIVO.....252**

# CAPÍTULO 5

## O DEBATE SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: A CONTROVÉRSIA DOS ANOS 70 E A CONVERGÊNCIA NOS ANOS 90

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data de submissão: 29/06/2020*

### **Rodrigo Mendes Gandra**

Doutor pelo Programa de Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED) do Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Rio de Janeiro (RJ)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0304981009912385>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4269-2805>

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo principal delinear a História do Pensamento Econômico Brasileiro sobre a desigualdade de renda no Brasil a partir da década de 60. Em primeiro lugar, faz-se uma análise do debate ocorrido na década de 70 sobre as causas do aumento da desigualdade de renda brasileira na década de 60 (“Controvérsia de 70”). Após isto, faz-se uma análise dos argumentos dos economistas da década de 90 (“Convergência de 90”) sobre as causas da elevada e estável desigualdade de renda no Brasil. Finalmente, compara-se os dois períodos de pensamento para se saber como o debate evoluiu.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desigualdade de Renda, História do Pensamento Econômico, Economia Brasileira, Teoria do Capital Humano.

### THE DEBATE ON INCOME INEQUALITY IN BRAZIL: THE CONTROVERSY OF THE 70S AND THE CONVERGENCE IN THE 90S

**ABSTRACT:** The main objective of this work is to delineate the History of the Brazilian Economic Thought about the inequality of income from the decade of 60 in Brazil. In first place, It starts with an analysis of the debate in the 70s about the causes of income inequality increase in 60s (“Controversy of the 70s”). In sequence, becomes an analysis of the arguments of economists in the 90s on the causes of the high and steady inequality of income in Brazil (“Convergence of the 90s”). Finally, one compares the two periods of thought to know itself as the debate has progressed.

**KEYWORDS:** Inequality of Income, History of Economic Thought, Brazilian Economy, Human Capital Theory.

### 1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo principal delinear a História do Pensamento Econômico Brasileiro sobre a desigualdade de renda no Brasil a partir da década de 60. Em primeiro lugar, faz-se uma análise do debate ocorrido na década de 70 sobre as causas do aumento da desigualdade de renda brasileira na década de 60 (“Controvérsia de 70”). Após isto, faz-se uma análise dos argumentos dos economistas da década de 90 sobre as causas da elevada e estável desigualdade de renda no Brasil



(“Convergência de 90”). Finalmente, compara-se os dois períodos de pensamento para se saber como o debate evoluiu.

Pode-se dizer que trabalho é um resumo da dissertação de mestrado (“O debate sobre a distribuição de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico anos 90”) defendido na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2002, que foi premiada em 1º lugar na categoria dissertação de Mestrado do XI Prêmio Brasil de Economia de 2004 pelo Conselho Federal de Economia (COFECON). Em 2015, uma versão da dissertação foi publicada em forma de livro com o título: “O Debate sobre a Desigualdade de Renda no Brasil - da controvérsia dos anos 70 à convergência nos anos 90”. Apesar da relativa “antiguidade”, o artigo e o livro (bem mais detalhado) continuam úteis ao oferecer aos estudiosos sobre o tema um resumo completo da literatura produzida nas décadas de 70 e 90. Nesta versão, o autor fez adaptações, que não alteram o sentido os originais.

Quanto à importância do debate sobre as desigualdades, além de ser uma questão da atualidade, este foi um tema central na Economia Política de David Ricardo e de Karl Marx. Segundo Gandra (2005), o tema apresentou relevância crescente até mesmo ao longo da obra de Adam Smith.

## 2 I “CONTROVÉRSIA DE 70”: UM DEBATE ACALORADO

No Brasil, a distribuição da renda foi objeto de um amplo debate durante a década de 70 (“Controvérsia de 70”), que teve seu ponto de partida na constatação da elevação dos índices de concentração pessoal de renda durante a década de 60. Havia duas vertentes básicas de pensamento. De um lado, estudiosos como Langoni (1972 e 1973), Branco (1979) e Senna (1976) baseavam-se em um modelo que conectava a curva de U-invertido de Kuznets à Teoria do Capital Humano (TCH), de modo que o acelerado crescimento econômico em um país de renda *per capita* relativamente baixa e a mudança da estrutura econômica de agrária para industrial teriam desencadeado efeitos concentradores da renda. Eles focavam a distribuição pessoal da renda com um olhar mais específico sobre o mercado de trabalho. Por outro lado, havia pesquisadores que concentravam suas análises nos efeitos nefastos das políticas econômicas do governo militar sobre a renda. Seguindo este paradigma, os trabalhos de Fishlow (1972 e 1973), Hoffmann (1973), Hoffmann e Duarte (1972), Bacha e Taylor (1980) enfatizavam elementos da distribuição funcional da renda e os modelos de segmentação do mercado de trabalho para explicar o aumento da concentração pessoal da renda no Brasil.

Pode-se dividir a tal controvérsia em três principais teses que explicariam a natureza do aumento da concentração de renda na década de 60: a de Fishlow, que culpava a compressão salarial ocorrida no governo Castello Branco, entre 1964 e 1967; a de Langoni, que mostrou como o crescimento acelerado (e a mudança da estrutura econômica para

industrial) acabou por concentrar a renda via “efeito Kuznets” e via defasagem da oferta de mão-de-obra qualificada diante da sua demanda crescente; e a de Bacha, que acusava a abertura do leque salarial dos gerentes das firmas diante de lucros crescentes. Estes modelos serão resumidos.

#### **a. A tese da compressão salarial de Fishlow**

Através do cálculo do Índice de Theil, com base nos dados dos censos de 1960 e 1970, Fishlow (1972) constata que houve de fato um aumento da desigualdade pessoal da renda brasileira, durante o período do governo de Castello Branco (1964-1967) e arrisca uma interpretação polêmica para a causa do fenômeno. Apesar do acelerado crescimento econômico na década de 1960, Fishlow (1978:159) foi um dos primeiros economistas a atentar para o fato de que o crescimento não era uma medida de desempenho econômico e social satisfatória, pois se deveria levar em conta a maneira pela qual o aumento do PIB foi distribuído para a população. Desde o governo Castello Branco, a política de compressão salarial era bem definida. Assim, a principal causa do aumento da desigualdade de renda brasileira para Fishlow (1978) concentrava-se nos efeitos nefastos que o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) exerceu sobre o salário mínimo real e sobre o salário médio, entre 1964 e 1967. Fishlow (1978: 185) defende que as políticas governamentais, que restringiram severamente os salários nominais e simultaneamente aplicaram a “inflação corretiva”, fizeram o salário mínimo real declinar 20%. Tendo em vista que a renda *per capita* cresceu mais rápido, no mesmo intervalo [de 1964 a 1970], com avanço de 22%, alguém havia ganhado, não apenas absoluta, mas também relativamente. Para ele, é provável que este ganho se tenha concentrado nos setores urbanos com renda acima da média, nos subsetores de finanças, nos cargos administrativos etc.

Para o autor, o principal responsável pela perda de poder de compra dos salários e pela perda de participação relativa dos trabalhadores na renda total era a subestimação da inflação prevista, definida pela regra de reajustes salariais. Como o governo previa uma inflação menor que a efetiva e como estava vetada a negociação entre patrões e empregados, os salários acabaram corroídos. Ciente também de que é a diferença entre a variação no salário real e o aumento da produtividade que determina a distribuição funcional da renda, Fishlow defendia a tese de que o não-repasse da produtividade integral ao salário, em certa medida proposital depois de 1964, favorecia a elevação da participação da parcela mais rica da população (a classe empresarial) na renda total.

Embora parecesse saber que a renda dos trabalhadores mais qualificados tivesse aumentado mais que a renda dos menos qualificados, não atribui um peso significativo à educação; naquela ocasião, a distribuição pessoal da renda parecia depender das mudanças na sua distribuição funcional.

**b. A tese do crescimento acelerado como propulsor dos efeitos distributivos através do “Efeito Kuznets”, combinado com os desequilíbrios causados pela ineficiência do sistema educacional de Langoni**

Em 1973, Langoni concluiu um estudo, utilizando uma amostra das rendas individuais que abrangia 1,27% do universo dos censos de 1960 e 1970, para averiguar a magnitude e as causas do aumento da concentração de renda brasileira. Segundo Bacha e Taylor (1980: 299), esta tese logo foi adotada pelo governo militar como parte da versão oficial das causas do aumento da concentração de renda.

Langoni tentou mostrar que o aumento da desigualdade de renda entre 1960 e 1970 esteve associado à rápida expansão da economia, de tal forma que o desenvolvimento econômico do Brasil teria levado à maior concentração de renda através da complementaridade dos seguintes mecanismos: “Efeito Kuznets” e corrida tecnológica versus defasagem na qualificação da força de trabalho. Embora estes mecanismos fossem distintos, tinham o mesmo gatilho: o processo de crescimento econômico acelerado, disparado pelo processo estrutural de industrialização.

**I. “Efeito Kuznets”**

O primeiro mecanismo pode ser chamado de “Efeito Kuznets”. Influenciado pelo trabalho de Kuznets (1955) e de olho no fato de que, nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil (um país de renda *per capita* baixa em relação aos países desenvolvidos) estava passando por um processo de mudança estrutural e de elevado crescimento econômico, Langoni (1973) assume a hipótese de que a relação entre crescimento econômico e distribuição de renda, sob uma conjuntura específica e sob uma estrutura socioeconômica singular, assumiria um formato de U-invertido. Isto é, a concentração aumentaria nas fases iniciais do desenvolvimento econômico (caracterizado pela elevada aceleração do crescimento), quando a maior parte da população que ainda vivia em setores de baixa produtividade e, por isto, era caracterizada pelo baixo nível de renda *per capita* passaria a migrar para as regiões de maior produtividade. Por outro lado, a desigualdade se reduziria a partir de um determinado ponto, em que a economia passasse a ter setores predominantemente de alta produtividade, um nível de renda *per capita* razoavelmente mais elevado e quando a taxa de crescimento se tornasse mais branda.

Quanto ao aumento da desigualdade, Langoni (1973) considerava que o desenvolvimento econômico era um processo de desequilíbrios, caracterizado por uma contínua transformação dos setores tradicionais (de baixa produtividade) em setores modernos (de alta produtividade). Estes desequilíbrios, que se exacerbavam em fases de crescimento acelerado (decorrente dos altos investimentos do processo de desenvolvimento econômico), faziam com que a demanda de novos fatores se deslocasse sobre uma oferta relativamente inelástica a curto e médio prazo, cuja consequência era o aparecimento de quase-rendas (*quase-rents*), tanto para o capital humano como para

o capital físico, ou seja, o fato de a força de trabalho dos setores primários (geralmente rural), de baixa produtividade e com uma renda pouco concentrada, migrar para os setores modernos (geralmente urbano) de alta produtividade e com uma renda mais concentrada — aumentaria a concentração de renda como um todo. Mas este efeito seria temporário, pois, uma vez que a renda média aumentasse e que a taxa de crescimento se estabilizasse, a desigualdade cairia.

## **II. A inelasticidade da oferta da mão-de-obra qualificada causada pela corrida tecnológica e pela defasagem no sistema educacional brasileiro**

O segundo mecanismo, complementar ao primeiro, foi um modelo baseado nos desequilíbrios no mercado de trabalho, onde a curva de demanda de mão-de-obra qualificada se deslocava sobre uma curva de oferta relativamente inelástica no curto prazo, ou seja, Langoni montou um modelo em que o aumento da concentração pessoal da renda estava baseado numa corrida entre a expansão tecnológica dos novos setores modernos, que acelerava a demanda de mão-de-obra qualificada, e o atraso do sistema educacional do país, que tornava inelástica a sua oferta no curto prazo.

Utilizando um esquema teórico marshalliano estático, pode-se mostrar que, quando a demanda de trabalhadores qualificados se desloca para cima, sob uma curva de oferta relativamente inelástica ou quase vertical, o salário tende a subir muito e o nível de emprego tende a aumentar pouco. Já sob uma ótica dinâmica, se se supuser que a velocidade de crescimento da demanda de trabalhadores qualificados (que depende do crescimento tecnológico) é mais acelerada que o crescimento da sua oferta inelástica (que depende da velocidade da expansão educacional), teremos um aumento elevado dos salários destes trabalhadores, em específico. Antes de construir este modelo, Langoni (1973) teve que assumir a validade da Teoria Neoclássica de determinação do salário, onde a variação do salário real depende da produtividade marginal do fator trabalho. Além disto, ele teve que assumir (e depois tentou comprovar empiricamente) a TCH, para mostrar que a variação da produtividade marginal do trabalho dependia do nível de educação/treinamento/idade do trabalhador. Na verdade, ele queria supor que a variação do salário real dependeria da variação do nível de educação.

Mostra ainda o autor que a mudança educacional no período de 1960 a 1970 foi significativa. Se se estivesse vivendo num modelo competitivo do mercado de trabalho, então os retornos de um fator de produção decresceriam na medida em que a oferta relativa aumentasse, diminuindo, portanto, as desigualdades. Porém, não foi o que ocorreu no período, mas sim o contrário. Para explicar este fato, ele supôs a existência, conforme já dito, de um viés tecnológico em que, uma vez detectada a ocorrência do aumento da demanda em descompasso com o aumento da oferta de pessoal mais qualificado, haveria um aumento na remuneração (devido ao aparecimento de *quasi-rent*) deste tipo de mão-de-obra, bem como um aumento da sua participação relativa na distribuição pessoal de renda. Segundo Langoni (1973: 188-189), o impacto do crescimento sobre a distribuição deve ser

necessariamente importante nos setores modernos da economia, capazes de absorver com maior intensidade as inovações tecnológicas. Estes desequilíbrios acabariam por gerar um impacto nos diferenciais de salário entre mão-de-obra qualificada e não-qualificada.

Para mostrar a importância da educação sobre a renda, Langoni (1973) estimou uma função log-linear, considerando como variável dependente o logaritmo da renda que deveria ser explicado por um conjunto de variáveis *dummies*, representando educação, sexo, setor de atividade e região. Um dos principais resultados obtidos, conforme mostra a Tabela 1, foi que a educação (variável que assume o maior valor explicativo) e a idade aumentaram suas participações na explicação total da variância do log da renda do trabalho, enquanto região e sexo perderam importância relativa, e a contribuição de atividade permaneceu praticamente constante durante o período.

Variável	1960		1970	
	Marginal	Total	Marginal	Total
<b>Educação</b>	9,98	30,79	15,43	41,01
<b>Região</b>	7,57	23,36	4,86	12,92
<b>Idade</b>	6,05	18,67	7,74	20,57
<b>Sexo</b>	4,85	14,96	4,99	13,26
<b>Atividade</b>	3,96	12,22	4,61	12,25
<b>Total</b>	<b>32,41</b>	<b>100</b>	<b>37,62</b>	<b>100</b>

Tabela 1 - Brasil: contribuição marginal e da renda - 1960 e 1970 total de cada variável (em %) sobre a distribuição pessoal

Fonte: Langoni (1973: 112)

Provado que, sobretudo a educação, mas também a idade (como proxy da experiência) foram as principais variáveis que influenciaram a variância do logaritmo da renda do trabalho, Langoni (1973: 191) tentou provar que estas variáveis deveriam também assumir um maior poder explicativo nos setores mais dinâmicos da economia. De fato, como resultado de sua pesquisa, ele mostra que a educação oferece uma contribuição explicativa bem superior no setor terciário, em detrimento do setor primário. Além disto, comprova-se que as diferenças regionais de renda (que refletem a disponibilidade de fatores) e a composição etária (uma substituta da educação em economias de características tradicionais) são mais importantes do que a educação na explicação da desigualdade global no setor primário. Já nos setores secundário e terciário, a educação aparece como a variável mais importante, justamente onde a economia é mais dinâmica.

Após o governo assumir o trabalho de Langoni como versão oficial para a causa do aumento da desigualdade de renda que focalizava a distribuição pessoal, diversos pesquisadores publicaram trabalhos relacionados ao tema, o que acabou por difundir a famosa “Controvérsia de 70”.

### c. A tese da abertura do leque salarial dos gerentes e a relação com sua posição hierárquica de Bacha

Bacha e Taylor (1980: 300) e Bacha (1976a, 1976b, 1978a e 1978b) desenvolveram uma teoria compatível com a tese da compressão salarial de Fishlow. Em linhas gerais, aceita previamente a hipótese de que o processo de substituição de importações fez aumentar a quantidade de empresas de grande porte no Brasil e a hipótese de que houve um aumento da classe média. Esta análise começava com a observação de que o setor moderno produtivo privado e o setor de serviço governamental seriam internamente organizados de modo hierárquico para lidar com os problemas de escala. Além disto, tal hierarquia acabava por influenciar dicotomicamente a estrutura salarial média entre funcionários da gerência e executivos (*white-collars*) e empregados executores de tarefas (subordinados). Assim, Bacha (1978b: 124) tinha por tese mostrar, através de argumentos de natureza sociológica e organizacional, que, enquanto a remuneração dos *white-collars* estaria vinculada aos movimentos do lucro das empresas, os salários dos empregados subordinados (*blue-collars*) eram definidos no mercado de trabalho neoclássico. Esta dicotomia seria, então, responsável pela abertura do leque salarial e pelo aumento da concentração de renda na década de 60.

Mesmo ciente das limitações teóricas da análise, Bacha (1978b) se apoia no modelo de Williamson (1970). No modelo dual marxista, por exemplo, a dicotomia básica numa sociedade capitalista é dada pela oposição entre capital e trabalho. Reconhecendo a complexidade existente no mundo, Dahrendorf (1959. *Apud* BACHA 1978b: 126) decompõe o trabalho e o capital em outras subclasses. A primeira é a separação da propriedade do controle, onde, dentro da classe dirigente, além dos proprietários, se abre espaço para o aparecimento dos executivos e dos burocratas (no geral, denominados por *white-collars*). Já a classe dirigida está dividida por segmento de qualificação (nível de escolaridade).

Dada esta estratificação, Bacha (1978b: 127) reconhece que uma empresa capitalista apresenta uma relação hierárquica de autoridade e subordinação. Recorrendo à literatura sobre economia gerencial das firmas, deixa transparecer a influência da análise de Williamson (1970), para mostrar teoricamente, ao contrário da teoria neoclássica da firma (cujo objetivo único é a maximização de lucros), que os problemas de escolhas de objetivo são mediados e resolvidos por estruturas gerenciais. A implicação da incorporação dos objetivos dos gerentes nos das firmas é que ambos podem ser distintos dos objetivos dos empregados. Contudo, Bacha (1978b: 132) diz que os gerentes acabam por se tornar sócios das firmas (mesmo que não sejam acionistas), de tal maneira que os seus interesses se compatibilizariam com os interesses dos proprietários do capital. Uma vez que isto aconteça, os salários dos burocratas estariam ligados aos lucros das firmas e independentes do curso dos salários dos trabalhadores de mais baixo escalão. Para Bacha (1973: 941 e 1978b: 132), a maior evidência teórica da ligação entre o salário gerencial

e o lucro da empresa, conforme se pode perceber pela citação abaixo, parece advir da imperfeição deste mercado de trabalho e da relação pessoal entre patrão e gerente. Na verdade, os donos do capital estariam dispostos a pagar pelo status do corpo burocrático, para que este desempenhasse o trabalho de modo mais eficiente e para que a estrutura de poder dentro da firma se tornasse segmentada e evidente.

Bacha (1987b: 134) sustenta a hipótese de que “... os gerentes podem ou não possuir qualificações técnicas”. Mas ele entende que a qualificação pode ser um pré-requisito para a ascensão aos cargos gerenciais. Mas ele defende que, além da qualificação, a remuneração dos gerentes depende mais da hierarquia e do seu relacionamento com os donos do capital. Dada segmentação existente no mercado de trabalho e dado que o objetivo do gerente está alinhado com o objetivo do dono do capital, através de um esquema teórico simples, Bacha (1978b) defende a ideia de que a remuneração dos gerentes (e a distribuição de renda) dependeria da taxa de exploração vigente no sistema. Assim, se supõe que o produto agregado ( $Y$ ) é igual ao somatório do lucro ( $P$ ), a remuneração dos gerentes (taxa de remuneração –  $s$  – vezes o número de gerentes –  $G$ ), e salários dos empregados (taxa de salários –  $w$  – vezes o número de empregados –  $N$ ), obtém-se a seguinte identidade:  $Y = P + sG + wN$ . Se supõe que  $N/G = \alpha$ , a divisão funcional do produto será dada por:  $s/w = \alpha \cdot f(P/wN)$ ;  $f' > 0$ .

Ou seja, a remuneração relativa depende da taxa de exploração ( $P/wN$ ) e, portanto, do lucro. Além do mais, a taxa de exploração, seria fixada pelo poder relativo de barganha de capitalistas e trabalhadores. Mas como o poder de barganha dos trabalhadores era tolhido pela restrição governamental à sindicalização e ao direito de fazer greve, a taxa de exploração era voltada em favor dos gerentes. Assim, teoricamente, o governo também era responsável pelo aumento da concentração de renda.

Para provar empiricamente a sua tese, Bacha (1976) mostra que, num grupo formado por uma ampla amostra de firmas de manufatura brasileira, a remuneração dos gerentes cresceu 7,2% a.a., de 1966 a 1972. Além disso, ele mostra que o salário dos trabalhadores semiquilificados e qualificados cresceu 2,9% e que o salário dos não qualificados ostentou uma queda de 1,3%, no mesmo período. Fishlow (1973), trabalhando com os dados do Censo de 1960, mostra a maior contribuição marginal da posição ocupacional, seguido da educação, idade, setor e região. Além disso, mesmo atentando para os problemas de multicolinearidade, o trabalho de Pastore, Haller e Gomez-Buendia (1975. *Apud* BACHA E TAYLOR, 1980: 334) mostram que, entre 1970-1971, as duas variáveis mais relevantes para a explicação do nível salarial nas firmas industriais privadas de São Paulo eram a posição ocupacional e a educação.

Além de mostrar a sua tese, com base nos dados dos censos de 1960 e de 1970, Bacha e Taylor (1980: 309) mostram, através da variância do logaritmo da renda<sup>6</sup>, que o “Efeito Kuznets”, ao invés de concentrar a renda, a tornava mais igualitária, ao contrário do que previa a teoria. Malan e Wells (1978) e Fishlow (1973 e 1974) mostraram que o “Efeito

Kuznets”, ao contrário do que Langoni dizia, não era significativo. Mata (1979: 53-55), com base nos dados da PNAD de 1970, seleciona uma amostra de 166 municípios e, através de uma análise *cross-section*, também chega à conclusão de que os experimentos realizados mostraram que a relação entre nível de renda familiar mediana e desigualdade de renda apresentou uma forma de U e não uma forma de U-invertido. Ironicamente, em toda a controvérsia, a única teoria refutada empiricamente foi a do “Efeito Kuznets”.

A Tabela 2 resume as principais teses da década de 70 sobre o aumento da desigualdade de renda no Brasil na década de 60.

Tese	Principal representante	Principal argumento para o aumento da desigualdade de renda
“Compressão salarial”	Fishlow	Foca atenção na distribuição funcional da renda. Mostra que a política salarial do Governo Militar (principalmente na época do PAEG) e a supressão do poder de barganha dos sindicatos geraram uma corrosão dos salários dos trabalhadores. Tal situação concentrou a renda em favor dos donos do capital. Fishlow culpa as políticas do governo pelo aumento da desigualdade.
Crescimento econômico acelerado como gerador do:  a) “Efeito Kuznets”;  b) “Corrida entre o sistema educacional e o avanço tecnológico”	Langoni	Foca atenção na distribuição pessoal da renda, principalmente oriunda do trabalho. Mostra que o crescimento econômico acelerado foi o responsável pelo aumento da desigualdade de renda devido: a) ao movimento migratório em direção ao setor dinâmico (industrial), onde a renda é mais concentrada que nos tradicionais (agrícola); e b) à falta de capacidade do sistema educacional em ofertar mão de obra qualificada frente a sua demanda crescente impulsionada pelo avanço tecnológico da industrialização incipiente. Deve-se notar que o aumento da desigualdade é um processo natural e passageiro que, portanto, não interfere sobre a eficiência econômica. Mas ele poderia ser sanado mais rápido se o governo interferisse sobre a expansão do sistema educacional.
“Hierarquia e abertura do leque salarial”	Bacha	Oferece atenção na distribuição funcional e na distribuição pessoal da renda. Mostra que o aumento da escala das firmas (impulsionado pelo processo de desenvolvimento industrial) demandou sistemas gerenciais mais amplos e complexos, o que fez elevar relativamente o peso dos trabalhadores <i>white-collars</i> na economia como um todo. Como teoricamente a remuneração deste tipo de trabalhador depende dos lucros e como os capitalistas tinham maior poder de barganha frente aos trabalhadores (pouco qualificados), os donos do capital e os <i>white-collars</i> foram os que mais ganharam relativamente na década de 60. Também o aumento da complexidade das firmas e das relações hierárquicas fizeram elevar o leque salarial dos <i>white-collars</i> . Ou seja, de um modo geral, Bacha mostra que a posição na ocupação interfere na desigualdade de renda, algo que faz parte da lógica da acumulação capitalista. Mas, além do disso, ele aceita a tese de que a supressão do poder de barganha dos sindicatos fez com que os trabalhadores menos qualificados mantivessem seu piso salarial reprimido, aumentando ainda mais a diferença de rendimento daqueles que se situavam entre base e o pico. Além do aumento da desigualdade ser inerente ao sistema capitalista, as políticas do governo influenciaram no processo.

Tabela 2 - Quadro sinóptico das principais teses da década de 70 sobre o aumento da desigualdade de renda na década de 60

Fonte: Elaboração própria.



### 3 | “CONVERGÊNCIA DE 90”: A BUSCA DE UM MODELO GERAL

Enquanto que a “Controvérsia de 70” foi formada basicamente por três teses que interpretavam o aumento da desigualdade de renda na década de 60, as discussões na década de 90 giram em torno de apenas um grande modelo estrutural para o entendimento da elevada desigualdade pessoal da renda (principalmente no mercado de trabalho). Este modelo tem como principal formulador Ricardo Paes de Barros, que conta com a colaboração de alguns coautores. Pode-se dizer que este modelo de entendimento da desigualdade pessoal da renda (do trabalho) é de cunho langoniano (em que a educação continua a desempenhar um papel crucial sobre a desigualdade pessoal de renda do trabalho), mas que absorve parte da “Controvérsia de 70” ao tentar captar os efeitos de variáveis ocupacionais. Feita a exposição das causas da elevada desigualdade de renda, será exposto um modelo teórico desenvolvido por Bourguignon e Ferreira (2000) que explica a desigualdade de oportunidades através da desigualdade de acesso à educação de boa qualidade. Em suma este modelo mostra como a má focalização dos gastos públicos em educação e como a imperfeição no mercado de capitais geram a desigualdade educacional, que por sua vez impacta a desigualdade pessoal de renda. Este modelo complementa o modelo de Barros *et al.* que não analisa o processo de formação da desigualdade educacional.

Barros e Mendonça (1995) constroem um esquema teórico de corridas inter-generacionais para explicar o processo de geração e reprodução da desigualdade salarial baseado numa sequência de corridas, onde cada uma delas (trajetória de vida de uma geração) é formada por três elementos: (a) um conjunto de participantes com um volume de recursos; (b) um total de prêmios (massa salarial); e (c) um conjunto de regras que estabelecem como a produtividade será remunerada.

Este esquema teórico de corridas inter-generacionais (Figura 1) mostra que cada corrida pode ter um conjunto de regras e prêmios completamente distintos das outras corridas. No entanto, os resultados e as condições iniciais de cada participante na (N)-ésima corrida dependem do resultado da (N-1)-ésima corrida. Quando se foca especificamente em cada corrida, nota-se que cada uma delas possui três etapas. A **etapa 0**, é onde são decididas as regras de distribuição de recursos privados e públicos; a **1ª etapa**, onde os participantes se preparam para a competição (correspondente ao período de infância e adolescência) onde os indivíduos acumulam capital humano; e a **2ª etapa**, onde ocorre a competição efetiva no mercado de trabalho.



Figura 1 – Esquema teórico de corridas inter-generacionais

Deixando de lado a etapa 0, que será analisada mais adiante por Bourguignon e Ferreira (2000), durante a 1ª etapa de cada corrida, cada participante conta com três tipos de recursos para se preparar para a competição: (i) habilidades natas ( $H$ ); (ii) recursos públicos ( $Y_p$ ); (iii) recursos privados ( $\beta Y_w$ ), que correspondem à parcela dos prêmios (soma de salários) recebidos por seus pais na corrida anterior e que serão investidos na educação de seus filhos. De um modo mais formalizado, pode-se dizer que o **Capital Humano Acumulado (CHA)** na 1º Etapa é determinado pela seguinte função: **CHA =  $f(H, Y_p, \beta Y_w)$** . Nota-se que, em virtude da heterogeneidade dos participantes com respeito aos seus recursos ao final da 1º etapa, haverá alguma desigualdade entre indivíduos quanto ao volume de capital humano acumulado caracterizada por desigualdade de condições. E a desigualdade de prêmios, que será gerada ao final da 2º etapa, é chamada de desigualdade de resultados.

Barros e Mendonça (1995: 6) observam que o esquema teórico permite a identificação dos locais onde a desigualdade é gerada e transmitida. Reportando a análise para a fase de competição, quando se considera que o mercado de trabalho tenha discriminação e segmentação, a desigualdade de resultados acaba por ser formada por dois componentes: aquele que advém das diferenças individuais em preparação; e aquele não relacionado às diferenças no estágio de preparação. Segundo Barros e Mendonça (1995: 6), dado um cenário hipotético de igualdade de oportunidades (ou de igualdade de acesso aos recursos públicos) a fração da desigualdade associada às diferenças individuais em preparação é eticamente justificável, pois advém do diferencial de produtividade entre os trabalhadores e, além disso, representa a parte da desigualdade apenas revelada, eventualmente amplificada, mas não gerada na etapa da competição. Já o componente de desigualdade não relacionado às diferenças no estágio de preparação é eticamente indesejável e injustificável representando a fração da desigualdade que é gerada durante a competição.

Embora Barros e Mendonça (1995, 1995b, 2000) sejam adeptos da TCH, eles consideram que esta não explica totalmente as origens da desigualdade de renda no mercado de trabalho, tendo em vista que é evidente a presença de discriminação e segmentação. É deste modo que Barros, Corseuil e Mendonça (1999: 7) observam que o salário ajustado ao número de horas trabalhadas depende das características de cada trabalhador e das características de cada posto de trabalho. Fazendo isto, eles acabam ampliando o modelo langoniano ao considerar variáveis relativas aos modelos de segmentação do mercado de trabalho (que consideravam a posição na ocupação e as características dos postos de trabalho fundamentais para a explicação da desigualdade pessoal da renda). Se por um lado, o modelo langoniano considera basicamente as características produtivas do indivíduo (além da discriminação) para explicar a desigualdade de renda, por outro lado, o modelo de Barros é mais geral por considerar problemas de segmentação no mercado de trabalho.

Segundo Barros, Corseuil e Mendonça (1999: 1), identificada a estrutura salarial, pode-se quantificar o peso que cada componente tem sobre o diferencial salarial existente e, portanto, a contribuição da característica para a desigualdade salarial. A Tabela 3 resume os resultados econométricos encontrados por Barros, Henriques, Mendonça (2000) em termos dos efeitos de cada fator sobre a desigualdade pessoal da renda. Pode-se perceber que 59% das fontes da desigualdade pessoal de renda puderam ser identificadas e 41% da desigualdade pessoal de renda não é explicada por este modelo. Fora alguns ruídos indesejáveis, o mercado distorce pouco o perfil distributivo pessoal da renda. Mas, 40% das fontes identificáveis da desigualdade de renda no Brasil são geradas fora do mercado de trabalho (mais especificamente fase de acúmulo de capital humano) e, portanto, respondendo pelo diferencial de nível de produtividade entre os indivíduos.

<b>Fator (Variável)</b>	<b>Contribuição para desigualdade salarial</b>
<b>Fontes identificadas</b>	<b>59%</b>
<b>Geradas pelo mercado de trabalho</b>	<b>11%</b>
<b>Discriminação</b>	<b>4%</b>
Raça	1%
Gênero	3%
<b>Segmentação</b>	<b>7%</b>
Formal versus informal	1%
Setorial	5%
Regional	1%
<b>Revelada no mercado de trabalho</b>	<b>48%</b>
Diferenças de experiência na ocupação	2%
Heterogeneidade ocupacional	7%
Heterogeneidade educacional	40%
<b>Fontes não identificadas</b>	<b>41%</b>
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Tabela 3 - Contribuição percentual de algumas variáveis sobre a desigualdade de renda do trabalho no Brasil

Fonte: Paes de Barros, Henriques, Mendonça (2000: 408)

Paes de Barros, Henriques, Mendonça (2000) acreditam que o sistema educacional ainda não gera a quantidade de trabalhadores qualificados em compasso com a demanda (uma vez que o valor de mercado da educação é um reflexo direto da escassez de trabalhadores qualificados). Procurando saber em que nível educacional a mão-de-obra é mais escassa, Barros, Mendonça e Velazco (1996) e Barros, Ramos e Reis (1992) tentam estimar o retorno de um ano de escolaridade adicional por nível educacional e chegam à

seguinte conclusão: cada ano de escolaridade adicional tende a elevar o nível salarial de um trabalhador em aproximadamente 15% que, se comparado aos dados de Psacharopoulos (1993. *Apud* BLOM E VÉLEZ, 2001: 1), é maior que na maioria dos países do mundo. Além disso, Barros e Mendonça (1995: 48) e Blom e Vélez (2001) mostram que o retorno da educação é maior quanto maior o grau de escolaridade, sendo que ele é muito elevado para a educação superior.

Adicionalmente, Barros, Corseuil e Mendonça (1999: 10) constata, com base na PPV de 1996/97, que a desigualdade educacional é muito elevada, pois cerca de 29,3% dos trabalhadores não têm qualquer nível de escolaridade e 4,6% dos trabalhadores possuem alguma educação superior. Com respeito à elevada heterogeneidade educacional, Barros e Mendonça (1995), Barros Henriques e Mendonça (2000) mostram, baseados em dados empíricos, a existência de uma relação em U-invertido entre nível educacional e desigualdade educacional. Deve-se atentar para o fato de que esta constatação empírica é carente de raízes teóricas e de intuições econômicas (muito embora se possa atribuir-lhe justificativas kuznetsianas).

Na tentativa de complementar o modelo de Barros e Mendonça (1995), Barros Henriques e Mendonça (2000), Ferreira (1999, 2000 e 2001) mostra como se dá a distribuição de recursos públicos na etapa 0 do modelo de corrida inter-geracional. Uma vez distorcida a distribuição destes recursos, haverá uma desigualdade educacional. Mesmo que a educação tome um papel importante na desigualdade de renda, no Brasil, ainda assim, deve-se recorrer a explicações focadas nas “lutas entre classes”, ou no uso do poder político pelas classes dominantes em benefício próprio. Mesmo quando se fala de distribuição no acesso à educação, deve-se notar que ela está subordinada às decisões políticas. Ou seja, ele tenta explicar o processo de produção de educação, bem como a sua distribuição. A possibilidade das injustiças serem geradas na fase de distribuição de recursos (etapa 0 da corrida inter-geracional), por conta de políticas que restringem determinados grupos dos benefícios públicos (geralmente os pobres), é algo que deve ser considerado. Tendo observado isto, Ferreira (1999, 2000 e 2001) aperfeiçoa o “esquema teórico de corrida inter-geracional”, introduzindo variáveis políticas no processo de geração das desigualdades injustas, e contribuindo para explicação da persistência da desigualdade de renda no Brasil.

Através de um modelo de equilíbrio geral de “luta de classes”, Ferreira (1999, 2000 e 2001) mostra porque a desigualdade brasileira persiste em um patamar elevado. A hipótese é que o país encontra-se num equilíbrio Pareto-inferior de um sistema dinâmico onde três distribuições são determinadas simultaneamente: de educação, de riqueza, e de poder político. O equilíbrio inferior, no qual se está, é caracterizado por um círculo vicioso. Partindo de uma grande desigualdade educacional, que gera um alto nível de desigualdade de renda e riqueza, acaba-se chegando numa distribuição desigual de poder político, pressupondo que a riqueza exerce influência. A desigualdade de poder político, por

sua vez reproduz a desigualdade educacional, já que os detentores do poder (que podem pagar pela educação privada de seus filhos) não utilizam o sistema público de educação e, portanto, não têm interesse na sua qualidade. Os mais pobres, por sua vez, não têm meios próprios (por causa de imperfeições no sistema de crédito) para frequentar as boas escolas particulares, nem tampouco poder político para afetar as decisões que poderiam melhorar a qualidade das escolas públicas. Assim, a elevada desigualdade persiste.

Durante a “Controvérsia de 70”, parte da explicação do aumento da desigualdade pessoal da renda foi atribuída aos elementos conjunturais, mais especificamente, à queda do salário mínimo real. Mesmo que a maioria das teorias contemporâneas tenha um viés langoniano e mesmo que as variáveis macroeconômicas não sejam a causa principal da elevada desigualdade de renda no Brasil, há um consenso entre os pesquisadores de que elas exercem influência sobre a desigualdade de renda. De um modo geral, os pesquisadores focam em três variáveis abaixo.

**Inflação** - Conforme exemplificam Neri e Camargo (1999: 29) e Amadeo e Neri (1997a), o imposto inflacionário resulta do fato de que alguns agentes não são capazes de proteger parte de sua riqueza financeira da inflação. Segundo Neri (2000: 522), a Pesquisa de Comportamentos Financeiros da Associação Brasileira de Crédito e Poupança (ABECIP) de 1987, mostrava que 47% dos adultos pobres não possuíam nenhum ativo financeiro. Durante o período de alta inflação, no Brasil, os títulos do governo eram indexados e líquidos. Os agentes que detinham contas bancárias podiam proteger sua riqueza financeira da inflação utilizando tais títulos. O grupo de baixa renda não detinha contas bancárias e, por este motivo, não podiam defender seus encaixes em dinheiro da inflação. Havia outras formas de proteção que o grupo de baixa renda dispunha: antecipação do consumo e compra de materiais de construção, mas elas não eram tão eficazes.

**Salário Mínimo** - Embora haja um certo consenso quanto à correlação negativa entre as duas variáveis, há uma controvérsia quanto à magnitude do efeito. Em contraste com Ramos e Reis (1995), a maioria dos autores - Neri (1995 e 1997), Neri, Camargo e Gonzaga (1998), Neumark, Schweitzer e Wascher (2000) e Soares (2002) - consideram que variações no salário mínimo têm um impacto significativo sobre a desigualdade de renda. Com base em Amadeo e Neri (1997), apesar da escassez de intuição econômica para explicar o fato, a legislação do salário mínimo é mais efetiva no segmento assalariado informal do que no segmento legal: 15% contra 8%, respectivamente, recebiam exatamente um mínimo.

**Flutuação de Demanda e Desemprego** - Barros, Corseuil, Mendonça e Reis (2000) mostram, com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME-IBGE), que (entre 1982 a 1998) a taxa de desemprego tem influenciado significativamente a desigualdade, corroborando o resultado encontrado por Cardoso, Barros e Urani (1993) para seis regiões metropolitanas na década de 80. Mas embora o desemprego tenha uma relativa importância sobre desigualdade de renda, há poucos estudos empíricos e teóricos profundos sobre a

relação de causalidade. Com base nos modelos desenvolvidos por Oi (1962), Becker (1964) e Schultz (1969), Ramos (1991 e 1993) é um dos poucos pesquisadores que estudou como o choque de demanda e o desemprego interferem sobre a desigualdade pessoal de renda (especialmente do trabalho). Estes modelos são muito similares ao modelo de Salário de Eficiência de Furman e Stiglitz (1998). Dado um choque de demanda, primeiro deve-se considerar que os trabalhadores são heterogêneos segundo sua produtividade. Assim, em épocas de ciclo econômico baixo, o ajuste se faz via redução do quadro de empregados menos produtivos, pois fazer *lay off* com empregados mais produtivos é arriscado, dado os custos de treinamento despendidos pelas firmas. Uma vez que os trabalhadores menos produtivos (e com menor remuneração) são os mais afetados, um ciclo recessivo tende a aumentar a desigualdade pessoal de renda, já que os mais produtivos não são afetados. De forma geral, os modelos mostram como as flutuações no nível de demanda agregada (denominada por “ciclo”) podem afetar o nível de emprego, e a diferença de nível salarial entre trabalhadores qualificados e não-qualificados. A Tabela 4 resume os modelos sobre as causas da elevada e estável desigualdade de renda no Brasil na década de 90.

Modelos	Principais Representantes	Principais causas da elevada desigualdade de renda e da estabilidade desta desigualdade
Desigualdade pessoal da renda do trabalho: heterogeneidade educacional, segmentação e discriminação.	Barros e colaboradores, Mendonça, Henriques, Ramos, Reis, Neri, Corseuil, Ferreira, Rocha	Foca principalmente a distribuição pessoal de renda do trabalho. Os modelos de desigualdade de renda contemporâneos seguem a linha <i>langoniana</i> . Acredita-se que o sistema educacional brasileiro é ineficiente para ofertar mão de obra qualificada frente à demanda. Contudo, os modelos são mais gerais por incorporarem variáveis de discriminação e segmentação do mercado de trabalho. Ou seja, um pouco da “Controvérsia de 70” foi incorporada aos modelos da década de 90 que consideram que a posição na ocupação também exerce um peso sobre a desigualdade salarial. Dentro da linha da TCH, estes modelos mostram que a heterogeneidade educacional é o principal causador da elevada desigualdade da renda pessoal do trabalho, contudo, eles não mostram como a desigualdade educacional é gerada. Aqui, o “Efeito Kuznets” parece ter sido rejeitado.
Desigualdade de oportunidades: geração das desigualdades educacionais.	Bourguignon e Ferreira	Complementando o quadro acima, os modelos de determinação de desigualdade de oportunidades, focam principalmente a má focalização dos gastos públicos educacionais que, de maneira geral, estão direcionados em favor das classes mais abastadas. Com base na Economia Política Positiva, os modelos mostram que os grupos econômicos mais fortes se apoderam do processo político de determinação dos gastos sociais. Como estes grupos têm condição de bancar educação privada de boa qualidade para seus filhos, eles não se preocupam com a qualidade do sistema educacional público. Esta negligência gera uma situação de <i>path dependence</i> , que realimentará a desigualdade de renda da próxima geração. Ou seja, eles incorporam elementos políticos e luta de classes (ricos e pobres, sem levar em consideração se são capitalistas ou trabalhadores). Por outro lado, com base na Economia da Informação, o modelo enfoca que, dada imperfeição no mercado de crédito (por conta de assimetria e falta de informação, <i>moral hazard</i> etc.), os mais pobres não conseguem colaterais para financiar educação privada de boa qualidade.

<p>Variáveis macroeconômicas e desigualdade pessoal de renda: salário mínimo, inflação, variação do nível de demanda e desemprego.</p>	<p>Neri, Soares, Hoffmann, Duarte, Gonzaga, Camargo, Amadeo, Barros, Mendonça, Reis, Ramos, Urani, Cardoso</p>	<p>Complementando o quadro acima, foi visto que a “Controvérsia de 70” foi iniciada quando Fishlow atribuiu o aumento da desigualdade de renda à queda do salário mínimo real. Muito embora as variáveis macroeconômicas não sejam, <i>a priori</i>, determinantes estruturais da desigualdade de renda, há um consenso entre os economistas de que elas a influenciam (divergências quanto à magnitude do impacto). Agregando a controvérsia à discussão contemporânea, a literatura destaca o salário mínimo, a inflação, a flutuação de demanda e o desemprego, como as principais variáveis responsáveis pelas flutuações na desigualdade pessoal da renda. Em suma a desigualdade pessoal de renda é maior quanto: menor o salário mínimo; maior a inflação; menor o nível de demanda agregada; e maior o nível de desemprego.</p>
--	--	---

Tabela 4 - Quadro sinóptico dos principais modelos sobre as causas da elevada e estável desigualdade de renda no Brasil na década de 90

Fonte: Elaboração própria.

## 4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto Langoni e todos os adeptos da TCH focavam a atenção na sensibilidade do salário em relação à variação na educação, Fishlow e Bacha, respectivamente, atentavam para o efeito das políticas públicas do governo e para as características dos postos de trabalho, ao invés das características dos trabalhadores. Ferreira (2000: 9) afirma que as duas visões teóricas não são mutuamente exclusivas. A Tabela 5 compara a “Controvérsia de 70” com a “Convergência de 90”.

“Controvérsia de 70”	“Convergência de 90”
<p>Buscava as causas do aumento da desigualdade de renda na década de 60.</p>	<p>Buscava as causas da elevada e estável desigualdade de renda.</p>
<p>Foi marcada pela convivência não tão pacífica das análises <u>funcional</u> e <u>pessoal</u> da distribuição de renda como um todo.</p>	<p>Foi marcada pela análise pessoal da renda (mais especificamente do mercado de trabalho).</p>
<p>Foram identificadas três teses diferentes cunhadas por três autores que tinham diferentes perspectivas.</p>	<p>Foi identificado um “modelo geral” de cunho langoniano sobre as causas estruturais, mas que considerava elementos como a discriminação e a segmentação do mercado de trabalho. Este modelo geral é cunhado por diversos pesquisadores que pensam de forma parecida.</p>
<p>Havia uma controvérsia quanto às causas do aumento de desigualdade.</p>	<p>Há um consenso quanto às causas estruturais e quanto ao sinal do efeito das variáveis macroeconômicas.</p>

Langoni afirmava que o aumento da desigualdade era um fenômeno natural e passageiro, portanto, não interfere sobre a eficiência economia.	Mesmo os autores langonianos dizem que a desigualdade afeta negativamente a economia, por gerar a pobreza, ou o baixo crescimento econômico, ou por gerar mazelas sociais que rebatem sobre o desempenho da economia.
Havia uma controvérsia quanto à validade do “Efeito Kuznets”.	Havia aceitação da refutação do “Efeito Kuznets”.
A principal causa para a desigualdade de renda era o atraso do sistema educacional frente ao avanço tecnológico das firmas.	A principal causa de desigualdade de renda era a heterogeneidade educacional da força de trabalho.
Havia controvérsia quanto ao efeito do salário mínimo sobre a desigualdade de renda.	Havia um consenso de que o salário mínimo afeta a desigualdade de renda. Mas há uma controvérsia quanto à importância do efeito.
Desigualdade de renda tratada como algo que fazia parte de um sistema econômico, social e político maior.	Desigualdade de renda tratada de uma forma atomizada, i.e., independente da lógica capitalista de produção.

Tabela 5 - Quadro comparativo entre a “Controvérsia de 70” e a “Convergência de 90”

Fonte: Elaboração própria.

Evidenciada as diferenças entre os ambientes acadêmicos em 70 e 90, especula-se sobre as possíveis causas que levaram os acadêmicos contemporâneos a limitarem-se à análise atomizada do mercado de trabalho (deixando de lado as discussões sobre o papel da riqueza na geração das desigualdades de renda).

A crise da dívida externa e o processo de estagflação, na década de 80, fizeram com que as questões distributivas perdessem espaço na agenda dos pesquisadores brasileiros. Com a perda de espaço das questões distributivas, a “Controvérsia de 70” foi exaurida pelo cansaço e desinteresse. Já na década de 90, com a estabilização do nível de preços, as questões distributivas voltam à arena dos grandes problemas estruturais da sociedade brasileira. A enxurrada de *papers* sobre capital humano no cenário acadêmico internacional fez com que os pesquisadores brasileiros se especializassem nesta área. Como os modelos baseados em capital humano limitam-se ao mercado de trabalho, perde-se de foco a renda como um todo. Além disso, como a TCH conseguiu formar um corpo teórico matematicamente formalizado, ela é bem aceita pelo mundo acadêmico. Concorde-se com Arida (1983) quando afirma que as controvérsias não são resolvidas por validação empírica e nem por exercícios econométricos. Segundo ele, controvérsias em Economia são resolvidas retoricamente; ganha quem teve o maior poder de convencer e quem foi capaz de formar consenso relativo em torno de si. Através da formalização e da expansão do pensamento positivista dentro da ciência econômica, a TCH (que se mostrou totalmente compatível com a Teoria Neoclássica de determinação dos salários) foi capaz de conquistar mais adeptos. Não se pode negligenciar o fato do ambiente político acalorado vivido na década de 70 ter levado a um debate controverso; o que não ocorre no ambiente democrático vivido na década de 90.



A restrita disponibilidade de dados oficiais relativos à distribuição funcional e à distribuição de riqueza fez com que o debate guinasse mais especificamente para a análise da renda do trabalho. Além disso, mesmo reconhecendo que o problema da distribuição de renda no Brasil diz respeito à desigual distribuição de ativos, por questão de pragmatismo, os autores consideram que a distribuição da educação seria mais fácil que a distribuição de terras, máquinas, ativos financeiros etc. Por isto, foca-se no papel da educação dentro do mercado de trabalho e marginaliza-se as outras dimensões (como por exemplo: desigualdade de terras, desigualdade de moradia, desigualdade de riqueza, desigualdade de ativos financeiros, desigualdade de ativos de capitais, do efeito da regressividade do sistema tributário sobre a desigualdade de renda e de riqueza e da magnitude da taxa de juros sobre a desigualdade de renda). O detalhamento destas dimensões foge ao escopo deste trabalho, mas pode ser encontrado como uma agenda de pesquisa em Gandra (2015).

## REFERÊNCIAS

AMADEO, Edward; e NERI, Marcelo. (1997), “Macroeconomic policy and poverty in Brazil”. **Texto para Discussão, n.º. 383**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia da PUC.

ARIDA, Pérsio. (1983), “A História do pensamento econômico como teoria e retórica”. **Texto para Discussão, n.º. 54**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia da PUC.

BACHA, Edmar. (1973), “Sobre a dinâmica de crescimento da economia industrial subdesenvolvida”. **Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 3, n. 4**, pp. 937-952.

BACHA, Edmar. (1976a), **On some contributions to the Brazilian distribution debate**. Brasília: Departamento de Economia da UnB.

BACHA, Edmar. (1976b), **Os mitos de uma década: ensaios de economia brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BACHA, Edmar. (1978a), “Além da Curva de Kuznets: crescimento e desigualdade”. **Economia, vol.2, n.2**, pp. 173-200.

BACHA, Edmar. (1978b), “Hierarquia e remuneração gerencial”. In: TOLIPAN, Ricardo; e TINELLI, Arthur (org.) **A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, pp.124-155.

BACHA, Edmar; and TAYLOR, Lance. (1980), “Brazilian Income Distribution in the 1960s: Acts, Model Results, and the Controversy”. In: TAYLOR, Lance *et al.* (org.) **Models of growth and distribution for Brazil**. Oxford: Oxford University Press, pp. 296-342.

BARROS, Ricardo Paes de; CORSEUIL, Carlos; e MENDONÇA, Rosane. (1999), “Uma análise da estrutura salarial brasileira baseada na PPV”. **Texto para Discussão, n. 689**. Rio de Janeiro: IPEA.

BARROS, Ricardo Paes de; e MENDONÇA, Rosane. (1995), “Os determinantes da desigualdade no Brasil”. **Texto para Discussão, n. 377**. Rio de Janeiro: IPEA.

- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; e MENDONÇA, Rosane. (2000), "Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil". In: HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, pp. 405-423.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane; e VELAZCO, Tatiana. (1996), **O desempenho educacional no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA (mimeo).
- BARROS, Ricardo Paes de; RAMOS, Lauro; e REIS, José. (1992), "Mobilidade de renda e desigualdade". In: VELLOSO, João (org.). **Estratégia Social e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, pp. 219-239.
- BECKER, Gary. (1964), **Human Capital**. New York: National Bureau of Economic Research (NBER).
- BLOM, Andréas; and VÉLEZ, Carlos. (2001), **The dynamics of the skill-premium in Brazil: growing demand and insufficient supply?** Washington: World Bank.
- BOURGUIGNON, François; and FERREIRA, Francisco. (2000), "Understanding Inequality in Brazil: a conceptual overview". **Texto para Discussão, n. 434**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia da PUC.
- CARDOSO, Eliana; BARROS, Ricardo Paes de; URANI, André. (1993), "Inflation and Unemployment as Determinants of Inequality in Brazil: the 1980". **Texto para Discussão, n. 298**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.
- FERREIRA, Francisco. (1999), **Inequality and economic performance: a brief overview to theories of growth and distribution**. Washington: World Bank.
- FERREIRA, Francisco. (2000), "Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classe ou heterogeneidade educacional?" **Texto para Discussão, n. 415**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia da PUC.
- FERREIRA, Francisco. (2001), "Education for the masses: the interaction between wealth, educational and political inequality". **Economics of Transition, vol. 9, n. 2**, pp. 533-552.
- FISHLOW, Albert. (1972), "Brazilian Size Distribution of Income". **American Economic Review, vol. 62, n. 2**, pp. 391-402.
- FISHLOW, Albert. (1973), "Distribuição de renda no Brasil: um novo exame". **Dados, vol.11**, pp. 10-80.
- FISHLOW, Albert. (1974), "O Grande debate da distribuição de renda: uma réplica mais completa". **Estudos Econômicos, vol. 4, n. 3**, pp. 155-170.
- FISHLOW, Albert. (1978), "A distribuição de renda no Brasil". In: TOLIPAN, Ricardo; e TINELLI, Arthur (org.). **A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 159-89.
- FURMAN, Jason; and STIGLITZ, Joseph. (1998), "Economic consequences of income inequality". In: THE FEDERAL RESERVE BANK OF KANSAS CITY (org.) **Income inequity: issues and policy options**.

GANDRA, Rodrigo Mendes. (2002), **O debate sobre a distribuição de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico anos 90**. Niterói: Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado).

GANDRA, Rodrigo Mendes. (2005), “A crescente preocupação com a questão distributiva no pensamento de Adam Smith”. **Diálogos**, vol. 2, n. 9. Maringá (PR): Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, pp. 157-174.

GANDRA, Rodrigo Mendes. (2015), **O Debate sobre a Desigualdade de Renda no Brasil - da controvérsia dos anos 70 à convergência nos anos 90**. Editora Multifoco. Para ter acesso, consultar o site: <https://editoramultifoco.com.br/loja/product/o-debate-sobre-a-desigualdade-de-renda-no-brasil>

HOFFMANN, Rodolfo. (1973) **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

HOFFMANN, Rodolfo; e DUARTE, João. (1972), “A Distribuição de Renda no Brasil”. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 12, n. 2, pp. 46-66.

LANGONI, Carlos. (1972), “Papel do investimento em educação e tecnologia no processo de desenvolvimento econômico”. **Ensaios Econômicos EPGA**, n. 4. Rio de Janeiro: FGV/EPGE.

LANGONI, Carlos. (1973), “Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil: uma reafirmação”. **Ensaios Econômicos EPGA**, n. 7. Rio de Janeiro: FGV/EPGE.

MALAN, Pedro; e WELLS, John. (1978), “Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil”. In: TOLIPAN, Ricardo; e TINELLI, Arthur (org.) **A Controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 241-262.

MATA, Milton da. (1979), “Concentração de renda, desemprego e pobreza no Brasil: análise de uma amostra de municípios em 1970”. **Coleção relatórios de pesquisa**, n. 4. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

NERI, Marcelo. (1995), “Sobre a Mensuração dos Salários Reais em Alta Inflação”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 25, n. 3, pp. 497-525.

NERI, Marcelo. (1997), “O reajuste do salário mínimo de maio de 1995. In: *Anais do Encontro Brasileiro de Econometria*, n. 11. Recife (PE): Sociedade Brasileira de Econometria.

NERI, Marcelo. (2000), “Políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil”. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, pp. 503-526.

NERI, Marcelo; and CAMARGO, José. (1999), “Distributive Effects of Brazilian Structural Reforms”. **Texto para Discussão**, n. 406. Rio de Janeiro: Departamento de Economia da PUC.

NERI, Marcelo; CAMARGO, José; e GONZAGA, Gustavo. (1998), “Efeitos Informais do Salário Mínimo e Pobreza”. **Texto para Discussão**, n. 393. Rio de Janeiro: Departamento de Economia da PUC.

NEUMARK, D.; SCHWEITZER, M.; and WASCHER, W. (2000), “The effects of minimum wages throughout the wage distribution”. **NBER Working Paper**, n. 7.519. New York: National Bureau of Economic Research (NBER).

OI, Walter. (1962), "Labor as a quasi-fixed factor". **Journal of Political Economy**, vol. 70, pp.538-55.

RAMOS, Lauro. (1991), "Educação, desigualdade de renda e ciclo econômico no Brasil". **Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 21, n. 3, pp. 423-448.

RAMOS, Lauro. (1993), "A distribuição de rendimentos no Brasil - 1976/85". **Série IPEA**, n. 141. Rio de Janeiro: IPEA.

RAMOS, Lauro; e REIS, José. (1995), "Salário mínimo, distribuição de renda e pobreza no Brasil". **Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 25, n.1, pp. 99-114.

SOARES, Sergei. (2002), "O impacto distributivo do Salário Mínimo: a distribuição individual dos rendimentos do trabalho". **Texto para Discussão**, n. 873. Rio de Janeiro: IPEA.

SCHULTZ, Theodore. (1969), "Secular trends and cyclical behavior of income distribution in the United States". In: SOLTOW, L. (org.). **Six papers on the size distribution of wealth and income**. New York: National Bureau of Economic Research (NBER).

WILLIAMSON, Oliver. (1970), "Hierarchical Control and Optimum Firm Size". In: NEEDHAM, Douglas (org.) **Readings in the Economics of Industrial Organization**. New York: Holt, Rinehart and Winston Inc.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Administração Pública 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 26, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 108, 147, 155, 156, 157, 221, 226, 251

Agricultura Familiar 14, 17, 125, 175, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192

Amazônia 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 251

Assistência Social 74, 82, 83, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 103, 105, 125, 154, 212, 215

Avaliação 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 38, 77, 90, 111, 113, 114, 118, 147, 155, 164, 169, 175, 176, 178, 194, 195, 196, 201, 206, 207, 251

### B

Biodiesel 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Brasil 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 22, 25, 28, 32, 33, 36, 39, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 81, 83, 86, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 154, 155, 157, 161, 165, 166, 171, 173, 174, 177, 179, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 207, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 247, 249, 250

### C

Capacitação 20, 94, 111, 112, 113, 114, 115, 128, 129, 160, 167, 168, 176, 226, 229, 232

Capital Humano 3, 4, 11, 17, 28, 52, 53, 55, 61, 62, 63, 68

Capitalismo 75, 76, 77, 78, 79, 83, 124, 221

Cidadania 23, 24, 32, 83, 84, 86, 87, 97, 156, 157, 162, 168, 169, 223, 224, 226, 232, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 247, 251

Cidade 7, 31, 114, 120, 125, 128, 141, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 159, 161, 168, 238, 244

Controle Social 23, 24, 25, 31, 32

Cooperação 13, 14, 35, 43, 44, 47, 49, 93, 103, 121, 139, 168, 189, 202, 223, 224, 229, 230, 231, 233

### D

Desenvolvimento 3, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 55, 60, 69, 70, 71, 78, 85, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 103, 104, 112, 114, 115, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135,

136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 150, 154, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 194, 197, 198, 199, 202, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 231, 234, 239, 251

Desigualdade 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 122, 126, 149, 214

## **E**

Economia Criativa 23, 25, 27, 28, 30, 32, 33

Economia Solidária 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 170, 172

EMBRAPA 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 193, 196, 200, 207

Extensão Rural 175, 179, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 193

## **F**

Família 73, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 100, 127, 178, 186, 187, 219, 225, 229, 230, 231, 235, 236

Formulação 18, 23, 24, 26, 31, 37, 38, 48, 87, 90, 140, 147, 148, 153, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 180, 185, 186

Fronteira 167, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 241, 242, 247, 248

Fundo Público 209, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222

## **G**

Gestão Pública 1, 5, 10, 13, 14, 15, 20, 23, 24, 25, 31, 34, 50, 103, 131, 146, 161, 169, 251

Governança 111, 112, 113, 114, 118, 119, 140, 174, 181, 222

## **H**

Habitação 80, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 212, 215

## **I**

Implementação 7, 18, 19, 23, 24, 26, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 46, 48, 93, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 127, 133, 136, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 152, 153, 155, 167, 169, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 189, 190, 191, 193, 206, 226

Inclusão 91, 121, 122, 123, 130, 137, 146, 154, 163, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 191, 192, 222, 226

Inovação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 45, 158, 168, 172, 174, 175, 180, 251

Interdisciplinaridade 85, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97

## **M**

Mediação 37, 124, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234

Mercado de Trabalho 53, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 81, 82, 126, 127, 166

Município 23, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 40, 41, 48, 130, 140, 160, 161, 184, 186, 188, 207, 214, 241, 243

## **N**

Nordeste Brasileiro 132, 133

## **O**

Organizações da Sociedade Civil 111, 112, 113, 114, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129

## **P**

PAC 145, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155

Periferia 149, 156, 158, 159, 169

Planejamento 7, 8, 21, 27, 29, 69, 71, 72, 109, 110, 112, 137, 140, 141, 144, 149, 150, 153, 154, 166, 168, 178, 210, 221, 222, 239

PNPB 183, 184, 185, 186, 191, 193

Política Pública 23, 24, 28, 30, 31, 34, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 48, 50, 90, 120, 122, 123, 129, 130, 135, 142, 146, 149, 151, 172, 176, 177, 185, 186, 188, 189, 191, 194, 195, 199, 203, 205, 206, 221, 222, 224, 232

Políticas Culturais 27, 156, 157, 159, 161, 169

Políticas Sociais 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 90, 97, 123, 154, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222

Previdência Privada 98, 99, 101, 102, 106, 107, 108

Previdência Social 86, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110

Programa de Regionalização do Turismo 132, 133, 138, 142

Proteção Social 73, 74, 78, 79, 82, 83, 84, 87, 90, 91, 92, 96, 103, 104, 105, 131, 216

## **R**

Reformas Previdenciárias 99, 102, 103

Registro Tardio 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250

Renda 17, 27, 30, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 81, 99, 100, 107, 120, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 130, 133, 138, 139, 149, 150, 152, 163, 166, 168, 172, 177, 178, 179, 183, 185, 186, 200, 203, 216, 218, 219

Rota das Emoções 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142

## **S**

Seguridade Social 86, 101, 103, 104, 105, 109

SENAES 122, 123, 124, 125, 129

SUAS 5, 8, 9, 18, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 35, 42, 46, 48, 49, 50, 53, 57, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 106, 112, 114, 121, 123, 126, 127, 136, 143,

146, 148, 151, 153, 154, 158, 160, 164, 165, 171, 173, 179, 186, 187, 188, 190, 194, 195, 209, 212, 217, 220, 230, 233, 235, 236, 237, 238, 239

Sustentabilidade 26, 109, 111, 112, 113, 118, 126, 141, 142, 160, 168, 171, 172, 174, 178, 180, 194, 195, 196, 197, 201, 208

## **T**

Trabalhadores 33, 51, 54, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 78, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 98, 100, 102, 108, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129

Trabalho Interdisciplinar 85, 87, 91, 92, 93, 96, 97

Turismo 27, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

## **U**

Urbanização 138, 145, 148, 149, 151, 152

## **Z**

Zoneamento 175, 177, 179, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203




# AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 